



# A ONTOLOGIA CRÍTICA DE PADDY LADD: A CRÍTICA AOS DISCURSOS IDEOLÓGICOS MÉDICO-REABILITADORES E O EU SURDO HISTÓRICO

Haroldo Peixoto da Justa Junior 1

## **PADDY LADD'S CRITICAL ONTOLOGY:**

### ***Criticism of medical-rehabilitation ideological discourses and the Historical Deaf Self***

#### **Resumo:**

O filósofo britânico Surdo Paddy Ladd é ainda uma personalidade desconhecida nos centros acadêmicos em Filosofia, mas um referencial de suma importância na disciplina de Estudos Surdos e Educação em Políticas Linguísticas dos Surdos. Paddy Ladd defende a concepção socioantropológica das pessoas com surdez, desvelando que o paradigma da reabilitação tende a impor uma condição de opressão ao sujeito Surdo, quando este não é reconhecido em seu perfil linguístico. As inferências da Língua de Sinais são muito mais que um recurso apreendido para acessibilidade, pois a condição linguística da pessoa Surda é uma decisão livre em assumir seu Ser no mundo. Esta decisão, além de não ser simples, sofre com os condicionamentos sociais. Neste artigo, queremos apresentar como o autor Paddy Ladd faz uso da etnografia cultural, das reflexões foucaultianas e dos aspectos discursivos de dominação pela ciência moderna sobre o corpo da pessoa Surda. As reflexões históricas que estão sendo apresentadas são uma prova fundamental de que sempre existiu uma cultura surda, a qual, em alguns âmbitos sociais, era não apenas respeitada mas também valorizada. A ascensão da ciência moderna buscou incansavelmente impor um paradigma de cura às pessoas Surdas, buscando inclusive apagar a trajetória artísticas e estética de muitos personagens Surdos da história da humanidade.

**Palavras-chave:** Surdo; História; Filosofia; língua de Sinais; Cultura Surda.

#### **Abstract:**

*British deaf philosopher Paddy Ladd is still an unknown personality in academic centers of Philosophy, but an extremely important reference in the discipline of Deaf Studies and Deaf Language Policy Education. Paddy Ladd defends the socio-anthropological conception of people with deafness, revealing that the rehabilitation paradigm tends to impose a condition of oppression on Deaf subjects, when they are not recognized in their linguistic profile. Inferences in Sign Language are much more than a resource learned for accessibility, as the linguistic condition of the Deaf is a free decision to assume their Being in the world. This decision, in addition to not being simple, suffers from social conditioning. In this article, we intend to present how the author Paddy Ladd makes use of cultural ethnography, Foucauldian reflections and the discursive aspects of the domination of modern science over the deaf body. The historical reflections presented are fundamental proof that a deaf culture has always existed, which, in some social spheres, was not only respected but also valued. The rise of modern science tirelessly sought to impose a healing paradigm on Deaf people, even seeking to erase the artistic and aesthetic trajectory of many Deaf characters in the history of humanity.*

**Keywords:** Deaf. History. Philosophy. Sign language. Deaf culture.

1. Mestre em Filosofia na área de concentração de ensino de filosofia pelo programa de pós-graduação profissional no ensino de filosofia (PROFILO) com polo na Universidade Federal do Ceará (UFC) atualmente trabalha como docente temporário pela ONG Escola Fillipo Smaldone especializada na educação de surdos conveniada a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), graduado em filosofia licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), atualmente estudante de Pedagogia Bilingue (Libras/português) pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) com polo na UFC, cursando 5º semestre, pós-graduado em lato sensu em Tradução e Interpretação de Libras pela Faculdade Instituto de ensino Superior em Educação do Paraná (FAINSEP) com polo em Rio Grande do Norte, desde do ano passado, Preceptor do programa de Residência Pedagógica pela UECE.

2. Consideramos, primeiramente, sujeito Surdo com "s" maiúsculo a pessoa Surda cujo "[...] código ético de formação visual independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços." (Strobel, 2008, p. 29). Por acreditarmos que o educando Surdo é "[...] a identificação mais apropriada entre os Surdos que usam a Língua de Sinais [...]" (Quadros, 2019, p. 26), esta língua tem tomado proporções cada vez mais significativas nas diversas áreas do conhecimento e nos mais amplos setores da sociedade, se compararmos seu uso há algumas décadas. Contudo, para o ensino de filosofia, a Educação dos Surdos ainda se configura como uma ilustre desconhecida, ao compararmos-la com outros campos do saber.

## 1. INTRODUÇÃO

Paddy Ladd é um ativista da causa Surda e pesquisador Surdo britânico. Sua tese, *Em busca da Surdidade: em direção a uma compreensão da cultura Surda britânica*, defendida em dezembro de 1998, conferiu-lhe o título de doutor em Filosofia pela University of Bristol. Contudo, Paddy Ladd ainda é desconhecido na área de ensino da filosofia. Em contrapartida, ele já é bastante conhecido em áreas como pedagogia e linguística. A grande contribuição de Paddy Ladd está em seu esforço de apresentar um conteúdo epistemológico que rompa com a mentalidade social médico-reabilitadora que suprime a identidade linguístico-cultural do Surdo britânico.

No entanto, não apenas Paddy Ladd, mas outros autores, como Carlos Skliar, Harlan Lane, Oliver Sacks, foram adotados no Brasil na área de Pedagogia e nas pesquisas de Políticas Linguísticas de Surdos (Perlin, Rezende, Strobel). Isso, de uma certa forma, indica a rejeição social das pessoas Surdas por causa de sua condição linguística, ou seja, as estruturas sociais impõem às pessoas comunicar-se pelo uso exclusivo da oralidade. Esta dimensão é consequência de uma longa disputa entre filosofias educacionais, no século XVII, as quais as pesquisas da etnografia social, o estruturalismo e a teoria crítica trouxeram como fundamento da consciência política do movimento Surdo brasileiro

## 2. PADDY LADD E SUA CRÍTICA AO PARADIGMA MÉDICO-REABILITADOR

Para o filósofo britânico Paddy Ladd, os Surdos foram historicamente oprimidos no uso de sua condição linguística, fato que persiste até hoje, na contemporaneidade. Esta condição de repressão e supressão é definida pelo autor como "Audismo" ou "Ouvitismo"<sup>4</sup>. Resumidamente, tal condição seria o discurso ideológico médico-reabilitador justificado pela promissora esperança de normalização de fundamento oral-auditivo que está sutilmente imposta ao sujeito Surdo, inviabilizando seu desenvolvimento linguístico-cultural. A corporeidade Surda seria um projeto de colonialismo de controle e dominação ao qual todos os Surdos seriam submetidos.

Predominava a perspectiva funcional da corporeidade, destacando excessiva e evasivamente a questão da

audição e da oralização. Pesquisadores em vários países exploraram a composição do ouvido e as possíveis causas da surdez como consequência "[...] de doenças e especulando sobre a relação entre a surdez congênita e o mutismo, sendo um dos seus motivos amenizar a surdez acidental entre os ricos e poderosos. Por definição, a sua percepção das pessoas Surdas era negativa, centrada no modelo médico" (Ladd, 2013, p.70).

Em sua trajetória acadêmica, Paddy Ladd, motivado pela militância política, conseguiu definir a ideia de cultura Surda britânica fazendo uso de contribuições teóricas diversificadas, como, por exemplo, os Estudos Culturais e a Etnografia Crítica, em sua abordagem metodológica. Seu esforço conceitual teórico vinculou-se à Antropologia Crítica, aos Estudos Culturais, às Teorias Pós-Coloniais, às perspectivas foucaultianas de macro e micropoder, desvelando um panorama de pesquisas na área e se insurgindo na difusão de temas pautados na categoria "cultura Surda", criteriosamente diversificada e multifacetada. Ademais, investigou as experiências das escolas residenciais para Surdos (perfis de escolas britânicas).

Conforme o século avançava, houve, contudo, uma maior pressão para subverter o modelo linguístico Surdo e substituí-lo por um discurso médico rejuvenescido, usando esse tropo central e eufemismo do século XIX. Progresso contra o qual se situava a Natureza enquanto tropo regressivo e a tecnologia, inevitavelmente, e até de forma preordenada, consagrada como a filosofia primária do futuro. Este tema tem uma importância particular para o Oralismo no século XX. O seu fracasso continuado era mascarado por uma declaração de que o próximo desenvolvimento científico, sempre ao virar da esquina, produziria, de alguma forma, os resultados desejados que fugiam daquele tempo presente (Ladd, 2013).

Graham Bell é um alvo útil para este intento, pois incorpora várias das forças que, como vimos anteriormente, informaram a filosofia Oralista. Ele "emanava" poder político e social devido ao seu pano de fundo familiar, aumentado pela riqueza derivada da sua invenção: o telefone. Esse sucesso, no prestigioso domínio da ciência, deu-lhe credibilidade ideológica, tanto dentro como fora dos domínios médico-científicos. "A ciência, declarou, em conjunto com o nosso conhecimento, deixando-nos mais próximos de

Deus, é o que de mais elevado existe" (Lane, 1984, p. 342 *apud* Ladd, 2013, p. 73).

A categoria de "Surdo-mudo" emergiu como um pré-requisito necessário para o estabelecimento da educação de Surdos. Criou-se um princípio para o sistema de classificação pelo qual mais tarde se administrariam (controlariam) as pessoas Surdas. Foucault (1979) também se concentra na capacidade crescente do Estado para usar a medicina para dissecar, categorizar e controlar o corpo humano, ocorrendo, talvez não coincidentemente, ao mesmo tempo que atitudes negativas relativas ao corpo humano e à sexualidade estavam a ser promulgadas (Ladd, 2013, p. 79).

Outra mudança importante durante este período refere-se às relações entre poder e conhecimento. A partir do iluminismo, os sistemas institucionalizados também cooptaram pelo próprio conhecimento. Procurando controlar o que podia ser considerado conhecimento, conseguiam mascarar o poder atrás da (aparente) razão, controlando desta forma os termos mediante os quais o discurso podia ser conduzido e retendo a capacidade de suprimir ou ignorar discursos em disputa (Ladd, 2013, p. 79).

O formalismo do conhecimento viabilizou a crença da construção de uma sociedade organicamente rentável, de indivíduos passíveis de intervenção aplicável, inclusive no corpo humano. Concebeu o corpo humano passível de cálculos mensuráveis e eficientes na sua reorganização funcional e de tentativas infames de investigação científica. As formas reducionistas comentadas anteriormente consistem na uniformidade como se interpretam o sujeito em sua relação social, dando importância maior para sua condição laboral engendrada no contexto da produção.

O discurso oriundo das ciências empíricas protagonizou uma efetiva emancipação do indivíduo, em sua base imanente, proporcionando uma universalização da forma física como prioridade em detrimento dos aspectos culturais. O pragmatismo social considerou a possibilidade de construir uma sociedade conforme o modelo teórico das ciências experimentais. Desta maneira, a projeção do outro não se resumiria apenas ao condicionamento sociocultural, mas sim ao discurso técnico-científico de intervenção direta do sujeito como componente solidário de um organismo social.

A cultura é a chave em comum com os outros povos colonizadores e minorias linguísticas.

Os poderes político e econômico poderão ou não ser as forças condutoras por trás da opressão linguística. Todavia, tanto a chave quanto a fechadura em que ela roda são a cultura. Um povo pode existir sem uma língua que não seja sua, mas sem cultura não existe povo (Ladd, 2013, p. 9). Entre outras questões, na modernidade, sobretudo nos primórdios do século XVII, após a expansão da Revolução Industrial, a ascendente onda de expansão da Linguagem Tecnocientífica originou o surgimento crescente de ideologias de perspectivas mais seletivas e eugênicas.

O avanço industrial que sustentou o colonialismo foi, fatalmente, um produto da ciência. Assim, iniciou-se o desenvolvimento de ideologias que estabeleceram a ciência como um dos pontos de referência pelos quais a superioridade e o domínio de raça e da classe podiam ser justificados, "coisificando" o discurso que se mantém até o presente. O biopoder, este triunvirato imperialista, medicalista-cientista, por definição, estava a acumular uma grande riqueza nacional e global, dando um novo impulso à prioridade Oralista tradicional em ensinar a crianças Surdas a nobreza do falar (Ladd, 2013, p. 70-71).

Entre outros experimentos, o racionalismo medicalista-científico inseriu uma sonda na trompa de Eustáquio e tentou limpá-la com jatos de água. Realizou suas tentativas em 120 alunos, 49 praticamente todos na escola, salvo umas duas dúzias que não se sujeitaram. Insatisfeito, esse racionalismo empreendeu a fratura do crânio de alguns alunos, batendo atrás da orelha com um martelo (Ladd, 2013). Notavam-se os cientistas, e suas "curas milagrosas", e jornais diários batendo o tambor para angariar dinheiro para as crianças Surdas serem submetidas a cirurgias, sem pensar que, talvez, essas crianças não quisessem se sujeitar a tal coisa. A qualidade mais traiçoeira desta imagem é o fator da benevolência.

Essa construção das comunidades Surdas está profundamente tecida pelos padrões ideológicos introjetados nas consciências por pessoas que nunca as conheceram. Essas ideias e imagens não vieram por utilização dessas línguas de sinais globais ou das comunidades estabelecidas contra todas as adversidades (Ladd, 2013). A teoria da deficiência conseguiu vingar nos anos 1980, quando as pessoas deficientes conseguiram identificar atitudes para

consgo mesmo com base na crença de que não seriam seres humanos devido à ausência ou ao mau funcionamento de uma faculdade física (Ladd, 2013). As experiências culturais e linguísticas não estão devidamente inclusas na estrutura de Estado moderno em nenhuma parte do mundo.

O movimento da deficiência inverteu esse padrão (o linguístico), realçando que as sociedades eram construídas unicamente para beneficiar as pessoas não deficientes, de forma que qualquer tentativa de alcançar o acesso a direitos iguais era vista como um processo de acumulação que os deixava à mercê da benevolência (Ladd, 2013, p. 16).

Ao partilharem suas vidas uns com os outros enquanto comunidade e governando-se por essas explicações mais do que escrevendo livros sobre elas, as pessoas Surdas envolvem-se em práxis diárias, num diálogo interno e externo continuado. Este diálogo não só reconhece que a existência como pessoa Surda é um processo de tornar-se e manter-se "Surdo", mas também reflete interpretações diferentes de Surdidade, do que possa significar ser uma pessoa Surda numa comunidade Surda (Ladd, 2013). O Eu histórico parece ser então uma característica de um nível de Surdidade

mais elevado e explícito, que ainda continua a ser cuidado para voltar à existência. O simples fato de manter uma continuidade histórica no âmbito de associações locais e nacionais deixou a comunidade com uma base razoavelmente sólida, se não forte, e preservada para sua reconstrução. Em parte, isso depende de pesquisa histórica para localizar, descrever e explicar o que quer que possa ser desenterrado de eras anteriores da sociedade Surda (Ladd, 2013).

### 3. O RESGATE DO EU SURDO E SUAS MARCAS HISTÓRICAS

Uma importante contribuição do pensador Paddy Ladd é a retomada histórica do perfil dos Surdos antes do paradigma reabilitatório, afirmando uma imagem mais positiva do Surdo em determinadas épocas e contextos culturais distintos. Uma evidência de que existia uma comunidade Surda na Espanha vinculada à comunidade Surda do Mediterrâneo, conforme atestado por Leonardo da Vinci. Foi o pintor surdo Juan de Navarrete, membro da corte de Felipe II, que exerceu papel importante para convencer os ouvintes acerca da inteligência de pessoas Surdas. Um de seus trabalhos foi a Adoração dos pastores, de 1570, (Ladd, 2011, p. 300).

**Figura 01** Patrimônio nacional de madrid



Fonte: ladd (2011).

Mais evidências estão surgindo de que o vocabulário em Língua de Sinais Britânica pode ser rastreado pelo menos até os anos 1630. Em certas partes do Reino Unido, muitas pessoas Surdas foram capazes de usá-lo. Evidências valiosas mostram que, entre os séculos XV e XX, os Surdos desempenharam papéis muito importantes na Corte Otomana, onde a língua de sinais tinha um prestígio maior do que o discurso falado no resto do mundo.

A verdadeira surdez é a da mente. Assim, ao proceder a esta jornada para a compreensão da cultura Surda, podemos, na realidade, estar a embarcar num percurso para a compreensão de nós próprios. Então, em respeito a isto, a jornada na busca dos significados de Surdidade poderá mesmo constituir a fronteira final da humanidade. Surdidade não é, todavia, uma condição médica estática como a surdez. Na verdade, representa um processo de luta vivido por cada criança, família e adultos Surdos para explicarem a si e aos outros sua existência no mundo (Ladd, 2013, p. 10).

**Figura 2** Fotografias da Biblioteca Real, Suécia



Fonte: ladd (2011).

Conforme Fisher e Lane (1993 *apud* Ladd, 2011, p. 300), o prestígio das comunidades Surdas parisienses era tão significativo que artistas Surdos, como Clause Designs, esculpiram bustos com dois traços finos, como o busto de Robespierre (Figura 3). Legaram-nos indícios de uma visão mais poderosa da Surdidade, da espiritualidade

da ordem e da política da Nação Surda que existiam antes do surgimento do Oralismo. Outro exemplo, já nos inícios do período pós-Milão, são as línguas de sinais; estas ainda eram amplamente respeitadas, segundo nos apresenta o retrato da rainha Vitória com uma funcionária surda (Figura 4).

**Figura 3** O busto de Robespierre



Fonte: Mirzoeff (1995 *apu*LADD, 2013).

**Figura 4** Royal National Institute for Deaf People (RNID)



Fonte: ladd (2011).



No período do Iluminismo, a língua de sinais chamou a atenção de vários pensadores que destacavam a evidência histórica dos Surdos e sua expressão linguística como “[...] encarnam pistas referentes à natureza essencial e ao desenvolvimento da humanidade, contém naturalmente um estatuto elevado e pode ser vista como uma emergente (ou continuidade) dos discursos socrático-judaicos, agostinianos” (Ladd, 2013, p. 60). A Língua de Sinais foi objeto de análise, por um breve período de tempo, entre os filósofos considerados racionalistas, uma comprovação apodítica da hegemonia epistemológica racionalista em detrimento dos pensadores empiristas. A discussão estava pautada na origem do conhecimento. Enquanto os empiristas preconizavam a sensação como fator originário do conhecimento e garantia da verdade, os racionalistas acreditavam na hegemonia das ideias como estatuto seguro para aquisição do conhecimento. Realmente, o Surdo e a sua Língua de Sinais não constituíam um ponto de polarização; contudo, correspondiam a um ponto de profunda admiração. Na procura por uma língua universal, Leibniz postulou que a língua de sinais poderia fornecer a resposta, enquanto Descartes usou a língua de sinais como fator crucial para diferenciar os homens dos animais. Conforme Mirzoeff (1995, p. 31 *apud* Ladd, 2013, p. 59), a teorização de Diderot foi mais profunda: “[...] podíamos substituir os sinais manuais por palavras. Digo, quase, porque há sinais sublimes que nem toda eloquência da oratória pode transmitir. As especulações de Montaigne levaram-no a conclusões semelhantes”.

Os Surdos são conhecidos por terem escrito panfletos políticos populares durante este período e por terem lutado (e morrido) no exército revolucionário, enquanto a própria revolução foi o primeiro organismo político a reconhecer os Surdos oficialmente como “os filhos da nação”, no termo de referência rousseauiana, inaugurando desta forma a primeira escola para Surdos do mundo financiada publicamente. As interações entre Surdos e ouvintes durante a Revolução Francesa têm um significado particular para este estudo, uma vez que estão entre as primeiras indicações de que os Surdos não estavam apenas envolvidos na classe operária, mas também estavam despertos para a participação

política (Ladd, 2013). Podemos apreciar o seu alcance, a sua crença naquilo que foi a Surdidade e o que pode vir a ser novamente.

Os Surdos insinuam, e por vezes tornam explícito, uma crença numa Surdidade potencialmente global de uma raça Surda distinta, mas igual a todos os países do mundo. Além disso, se os membros dessa raça fossem postos uns contra os outros por uma guerra nacional nas sociedades maioritárias, isto constituiria um dos princípios dos ouvintes, e não manifestação da Surdidade. As comparações mais próximas que podemos encontrar são conceitos semelhantes aos discursos judeus e afrocêntricos (Ladd, 2013).

Sobre o desenvolvimento dos discursos dos próprios Surdos, podemos procurar pistas no trabalho de Pierre Desloges<sup>3</sup>, que compôs o primeiro texto Surdo em 1779, um trabalho não só relevante, mas também útil atualmente; em alguns aspectos, continua avançando em relação à educação dos Surdos (Ladd, 2013). Vários autores de diversas áreas de conhecimento (Martins, 2015; Sacks, 1989; Strobel, 2008) concordam que D. L'Épée foi um dos pioneiros em acreditar que os Surdos possuíam uma língua “[...] associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler; e, com isso, de um só golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo” (Sacks, 1989, p. 27).

O sistema de sinais “metódicos” de D. L'Épée, uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais, permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim, adquirissem educação. A escola de D. L'Épée, fundada em 1755, foi a primeira a obter auxílio público (Sacks, 1989, p. 26).

O modelo inicial de educação de Surdos, que era conhecido como método gestualístico de educação, expandiu-se graças ao empenho e a muitas discussões entre os filósofos educacionais de seu tempo, a ponto de se expandir entre as Américas. No Brasil, foi fundado o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos em

3. Pierre Desloges nasceu em 1747, em Le Grand Pressigny, e ficou surdo com 7 anos, provavelmente devido ao sarampo. Com 21, mudou-se para Paris, vivendo em situação de grande dificuldade financeira. Com 27 anos, aprendeu a língua de sinais francesa com os surdos que conheceu nessa cidade. A partir daí, segundo ele, passou a se valer da escrita para se opor à tese de que a educação de surdos deveria basear-se no ensino da fala, como defendia na época o cónego Deschamps, a quem toma como principal interlocutor em seu livro.

meados do século XIX por iniciativa do surdo francês E. Huet. Em junho de 1855, Huet apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para Surdos no Brasil. Nesse documento, também informa sobre a sua experiência anterior como diretor de uma instituição para Surdos na França: o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges.

Em 1815, por exemplo, o norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet (1781-1851) realizou estudos no Instituto Nacional dos Surdos de Paris. Ao concluí-los, convidou o ex-aluno dessa instituição Laurent Clérc, surdo, que já atuava como professor, para fundar o que seria a primeira escola para Surdos na América. Portanto, podemos compreender que a proposta de Huet correspondia a essa tendência.

A língua de sinais praticada pelos Surdos no Instituto, de forte influência francesa em função da nacionalidade de Huet, foi espalhada por todo o Brasil pelos alunos que regressavam aos seus estados quando do término do curso. A principal crítica que se fazia aos processos de aquisição de língua oral era de que ela demandava um tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que ia sendo abandonada pela importância que era dada à expressão pela palavra oral. Os incipientes resultados dessa perspectiva para a educação dos Surdos, que demandavam ensino público de massa, estimularam o surgimento, em meados da década de 1980, de um movimento transnacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios Surdos no sentido de apontar outros caminhos para a sua escolarização e socialização.

Com apoio de pesquisas realizadas na área da linguística que conferiram status de língua à comunicação gestual entre Surdos, esse movimento ganha corpo. Já no final dos anos 1980, no Brasil, os Surdos lideraram o movimento de oficialização 55 da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em 1993, um projeto de lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da Libras em âmbito federal. Contudo, apesar das últimas conquistas, as dispersões sociais tendem a deixar a pessoa Surda alienada de sua própria cultura devido ao próprio paradigma da reabilitação que não concebe a ideia de uma nacionalidade linguística fundamentada na Língua de Sinais. Basta percebermos como ainda são

falhas as estruturas sociais acessíveis ao Surdo em sua condição linguística.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Democrático de Direito é um sistema institucional que designa que qualquer Estado deve garantir o respeito das liberdades civis dos indivíduos que nele se abrigam. O Estado, conforme Soares (2015 *apud* Justa, 2018), supera a moral, que nasce no bojo de uma comunidade. O Estado, entretanto, é superado pela moral; esta entendida, porém, como ação sensata. Ao filósofo, por fim, cabe buscar o sentido das ações.

Portanto as autoridades políticas estão sujeitas ao poder do povo, uma vez que é a população quem escolhe seus representantes para criarem as leis, os legisladores. Entender-se como conceito historicamente concreto e como modelo de domínio político típico da modernidade. Se pretendêssemos caracterizar esta categoria política da modernidade, dir-se-ia que Estado é um sistema processual e dinâmico e não uma essência imutável ou um tipo de domínio político fenomenologicamente originário e metaconstitucional (Justa, 2018, p. 48).

Neste contexto político, as garantias do direito surgem como cumprimento do dever relacionado ao reconhecimento mútuo. O processo de reabilitação, marcado por sua natureza distorcida e por suas contradições, permanecerá enquanto o Estado não souber ou não puder impor uma organização razoável em vista da liberdade, do reconhecimento de todos por todos. Entendendo que o homem é um ser de discurso que se compreende como ser agente, o que se coloca para nós é o próprio homem no Estado democrático através de sua educação cívica. Tal educação não trata da adesão do homem ao mundo de forma mecânica, mas da conduta formativa como dimensão constitutiva e expressiva do ser do homem enquanto membro realizador do seu dever.

Os homens são sujeitos livres e iguais, não na medida em que recusam as vantagens e servidões do progresso, mas assim que se organizam para impor ao progresso técnico e científico a subordinação a valores morais. Essa organização da comunidade em vista da ação define o Estado (Canivez, 1991, p. 148).

Mas, se o programa de reabilitação produz um efeito perverso nas relações sociais, buscando uniformizar a pessoa humana e relegando a sua singularidade à marginalidade das vantagens civis, seria lícita e legítima a imposição desta prática social, inclusive garantida por lei? Estes são temas e assuntos a serem tratados em outro momento de pesquisa, mas permanece a questão sobre a aparência e a essência da acessibilidade. Promovemos uma acessibilidade para nós ou para as pessoas Surdas? A morte e a injustiça mais difíceis de comprovar são a evidência do espírito, a sua dimensão noética, ou seja, será que existe vida sem cultura e sem comunidade humana? Ficam, por fim, estas questões em aberto para o questionamento do leitor.



## REFERÊNCIAS

---

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papirus, 1991.

JUSTA, Junior Haroldo Peixoto. **Os pressupostos da Educabilidade Moral em Eric Weil.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

LADD, P. **Em busca da surdidade:** conhecendo a cultura surda. Lisboa: Surd'Universo, 2013.

LANE, H. **A máscara da benevolência:** a comunidade surda amordaçada. São Paulo: Instituto Piaget, 1992.

MARTINS, L. de A. R. **A história da educação das pessoas com deficiência:** da antiguidade até o século XXI. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

QUADROS, Ronice Muller. **Linguística para o ensino superior.** São Paulo: Parábola, 2019. v. 5.

SACKS, O. W. **Vendo vozes:** "uma viagem ao mundo dos surdos". Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

STROBEL, K. L. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WEIL, Eric. Eric Weil e Sócrates: discussão e diálogo. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 16, n. 46, p. 97-108, 1989.

WEIL, Eric. **Filosofia moral.** Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: É Realizações, 2011.

WEIL, Eric. **Filosofia política.** Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1990.

WEIL, Eric. **Lógica da filosofia.** Tradução de Lara Cristina. São Paulo: É Realizações, 2011.